

**O TERRITÓRIO USADO E AS PROFESSORAS DA AMAZÔNIA
ACREANA: VIVER E LECIONAR NO MEIO RURAL DE FEIJÓ/AC*****THE USED TERRITORY AND THE WOMEN TEACHERS
FROM THE ACRE AMAZON: LIVING AND TEACHING IN
THE RURAL AREA OF FEIJÓ, ACRE STATE, BRAZIL***

Letícia Mendonça Lopes Ribeiro
Universidade Federal do Acre



Adriana Ramos dos Santos
Universidade Federal do Acre

**RESUMO**

Objetivou-se identificar decisões pessoais e profissionais, de professoras da Amazônia Acreana, que são influenciadas pelas características do meio rural de Feijó/AC, sendo este o território usado onde elas vivem e trabalham. O referencial teórico se baseou na interpretação de Milton Santos para o território usado e como este é identificado em Feijó. A produção e a análise de dados se orientaram a partir das 10 entrevistas semiestruturadas realizadas com professoras da Amazônia Acreana, *sujeitas* da pesquisa. Identificou-se que a decisão por conquistar uma propriedade privada no meio rural acreano, por meio dos programas de reforma agrária, é a prioridade das famílias deste território, em detrimento da educação e de outras políticas públicas que demoram a se estabelecer nos seringais. A opção pelo magistério é uma decisão coerente à vida das professoras deste território, já que a docência e o trabalho doméstico são as únicas profissões com grande oferta às mulheres locais. Esse cenário pressupõe o vasto campo de reconhecimento e estudo para as questões que envolvem o território Amazônico e, especialmente, para quem exerce a Educação do Campo na região: docentes da Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Professoras da Amazônia Acreana. Território usado. Reforma Agrária.

ABSTRACT

The objective was to identify which personal and professional decisions of women teachers in the Acre Amazon are influenced by the characteristics of the rural area of

Feijó, which is the used territory where they live and work. The theoretical framework was based on Milton Santos' interpretation of the used territory and how it is identified in Feijó. The production and analysis of data was made from the 10 semi-structured interviews carried out with women teachers from the Acre Amazon, participants of the research. It was identified that the decision to have a private property, through agrarian reform programs, is the priority of families in this territory; education and other public policies are secondary achievements. The option for teaching is a decision that dialogues with the lives of women teachers in this territory because teaching and domestic work are the only professions with a large offer for women in rural areas. This research showed that there are many possibilities for studies that involve the Amazonian territory and for those who teach in Rural Education in the North region of Brazil: men and women teachers of the Brazilian Amazon.

Keywords: Women teachers from the Acre Amazon. Used territory. Agrarian reform.

INTRODUÇÃO

Reconhecer o/a professor/a como pessoa é também reconhecê-lo/a como um ser social que possui diversas características identitárias. Algumas dessas características se determinam diante das inúmeras imposições do território onde este/a profissional vive e desenvolve sua profissionalidade.

É neste contexto que o presente estudo objetivou identificar decisões pessoais e profissionais, de professoras da Amazônia Acreana, que são influenciadas pelas características do meio rural de Feijó/AC, sendo este o território usado onde elas vivem e trabalham.

Primeiramente, observa-se que a identificação das “professoras da Amazônia Acreana” foi assim estabelecida por se acreditar que as *sujeitas* da pesquisa¹ possuem uma relação de identidade e

¹ A expressão “*sujeitas* da pesquisa” é corroborada pelo trabalho de Teixeira e Silva (2020), o qual se dedicou a conhecer os relatos das práticas, estratégias e táticas cotidianas de trabalhadoras domésticas. Com base nas autoras, justifica-se que o neologismo foi utilizado porque somente mulheres foram referenciadas e, portanto, essa é uma forma de se posicionar contra a normalização do masculino como representativo da universalidade humana. Porém, o recurso itálico para a palavra *sujeitas* foi conveniente diante do risco de remeter a uma significação da condição de sujeição.

pertencimento com a docência na Amazônia Acreana. Entre as características comuns dessas profissionais, algumas merecem destaque: são ou foram professoras há quatro anos ou mais, lecionando em classes multisseriadas² no meio rural do município de Feijó.

Quanto às questões metodológicas, é importante ressaltar que, para a produção e análise dos dados, a metodologia de investigação se baseou em uma abordagem qualitativa, ancorando-se nos estudos sobre Análise de Conteúdo, conforme descrito por Bardin (2006), e nas interpretações de dados previstas pelas práticas de narrativas orais. Quanto às narrativas orais, destaca-se que essas consideraram que os relatos das *sujeitas* da pesquisa traziam fragmentos de suas experiências vividas, o que possibilitou “compreender uma dimensão ampla das práticas socioculturais, mas que também podem ser lidos na singularidade” (FRANÇA; PRADO, 2016, p. 312) de cada uma das *sujeitas*.

Apesar do enfoque nas entrevistas, observa-se ainda que a pesquisa de campo foi realizada em duas etapas: primeiramente, a aplicação de um questionário de sondagem, que permitiu selecionar as participantes da pesquisa (professoras com quatro anos ou mais de magistério que lecionaram em escolas do meio rural de Feijó). Já a segunda etapa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas, guiadas por um roteiro específico, que buscou identificar aspectos sobre as condições de vida e o trabalho docente na Amazônia Acreana.

Também na segunda etapa, as 10 entrevistadas foram nomeadas, para a manutenção de anonimato, com nomes compostos: “Maria”

² Também nomeada como proposta multisseriada, esta é uma forma de organização escolar em que os/as estudantes de diferentes idades e anos distintos de escolaridade (séries) ocupam uma mesma sala de aula, sob a responsabilidade de um/a mesmo/a professor/a (unidocente). Esta é a organização escolar mais frequente no meio rural brasileiro (JANATA; ANHAIA, 2014).

acrescido do nome de uma fruta comum na Amazônia. Justifica-se essa escolha por se acreditar que, se as entrevistadas eram “professoras da Amazônia Acreana”, poderiam ser designadas de uma forma que expusesse a identidade dessas mulheres com este território usado. Por isso, as frutas mais comuns na Amazônia foram escolhidas para compor os nomes das sujeitas da pesquisa logo depois de “Maria” – nome feminino muito comum no Brasil.

Além disso, elas são profissionais que possuíam, à época da produção dos dados de pesquisa, apenas o ensino médio completo; ou seja, ainda não eram habilitadas, pela formação técnica ou superior, para o magistério. Salienta-se ainda que todas as participantes, das duas etapas de produção de dados, eram estudantes do curso de Pedagogia do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, ofertado pela Universidade Federal do Acre – Parfor/Ufac, matriculadas no Núcleo de Feijó.

É nesse contexto que se determina preliminarmente o que pode ser interpretado como território usado. Essa expressão, cunhada pelo geógrafo brasileiro Milton Santos (1999), pode ser caracterizada da seguinte forma:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o **território usado**, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p. 8 – grifos do autor).

A caracterização de Santos (1999) permite inferir, neste estudo, que a identidade do território esteve (e permanece) intrínseca à constituição da identidade de cada uma das *sujeitas* de pesquisa. Além disso, as lutas pela manutenção de suas comunidades imprimem ainda

mais legitimidade ao território usado, sendo este o lugar em que a maior parte delas deseja realmente permanecer, ao lado de suas famílias, por toda a vida.

É também esse cenário de pertencimento que justifica a importância do estudo que ora se expõe. Compreender as decisões dessas mulheres, contextualizando-as ao território usado em que vivem, é compreender simultaneamente quem elas são e quais são (algumas partes importantes de) suas histórias.

Diante desse panorama, apresenta-se o restante do texto, após a presente Introdução. A seguir, em “O território usado do meio rural de Feijó/AC”, são indicadas reflexões complementares para a compreensão da expressão cunhada por Milton Santos, bem como as características históricas e constituintes do município apresentado. Posteriormente, em “A vida das professoras da Amazônia Acreana e a influência do território usado”, são apresentados pontos centrais que demonstram como viver, crescer e (desejar) permanecer no meio rural de Feijó repercute (e é repercutida) nas decisões assumidas pelas professoras. Por fim, a “Conclusão” do texto traz sinalizações sobre o estudo ora proposto e os muitos trabalhos que podem (e merecem) ser desenvolvidos sobre o trabalho docente e as professoras da Amazônia Brasileira.

1. O território usado do meio rural de Feijó/AC

Ao se admitir que o território usado é o lugar de exercício da vida, admite-se também que este se configura como uma categoria de análise social. Para tanto, Queiroz (2014) traz mais detalhamentos do que designou Milton Santos ao delimitar o território usado.

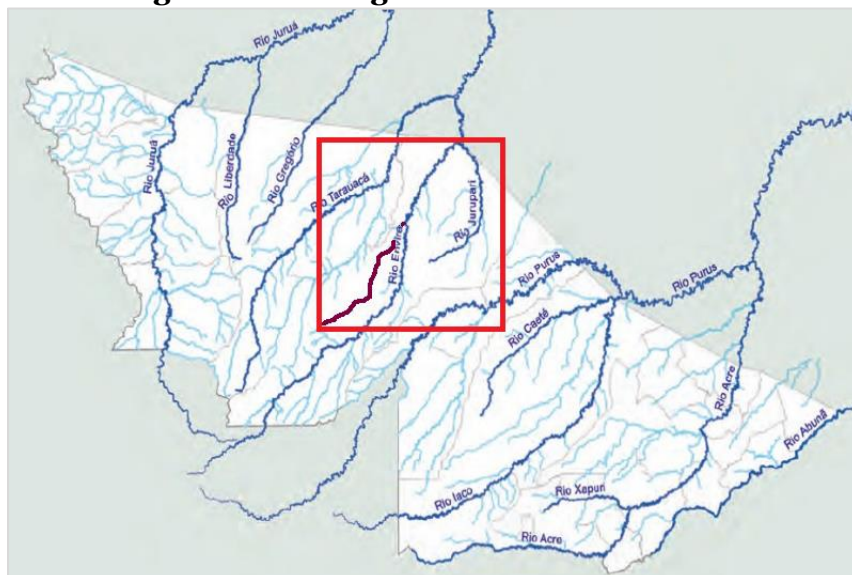
Nesse sentido, o território usado é simultaneamente material e social, composto por uma dialética, como o espaço geográfico. O território-forma é o espaço material e o território usado é o espaço material mais o espaço social. O território usado é constituído pelo território forma – espaço geográfico do Estado – e seu uso, apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diversos agentes que o compõem: as firmas, as instituições – incluindo o próprio Estado – e as pessoas (QUEIROZ, 2014, p. 157).

Entender o espaço material e o espaço social do estado do Acre, bem como as especificidades de Feijó, é fundamental para caracterizar este município como um território usado.

O estado do Acre possui atualmente 22 municípios, compreendidos a partir de suas bacias hidrográficas em cinco regiões: Alto Acre, Baixo Acre, Purus, Tarauacá-Envira e Juruá. Os rios acreanos são vitais à configuração da economia da região, uma vez que a ligação por terra ainda é bastante desigual nos municípios mais distantes da capital. Para grande parte da população do estado, o transporte pelos rios é o mais viável – quando não é o único existente (SANTOS, 2015).

Feijó pertence à bacia hidrográfica do Tarauacá-Envira, tendo o Rio Envira como sua principal rota fluvial. O Rio Envira é um afluente do Rio Tarauacá. Este, por sua vez, é afluente do Rio Juruá, um dos principais afluentes do Rio Amazonas. Neste cenário, reconhece-se que as residências daqueles que moram na área não urbana em Feijó – e, portanto, onde se localizam as escolas do meio rural do município – são referenciadas de acordo com a distância do próprio Envira e de dois dos seus afluentes: os Rios Jurupari e Paraná do Ouro, em destaque (retângulo vermelho) na Figura 1.

Figura 1 – Hidrografia do estado do Acre³



Fonte: (Superintendência Regional do Incria no Acre, 2016).

Ao visualizar os rios, é necessário destacar uma questão histórica que muito influenciou a ocupação do estado: a chamada Campanha Nacional da Borracha, iniciada em 1939, que fixou famílias originárias de trabalhadores/as nordestinos dos então chamados/as *Soldados da Borracha*,⁴ que atuaram no contexto da Segunda Guerra Mundial, extraíndo seringa para a fabricação de borracha especialmente para abastecer o exército norte-americano, por ordem do Governo Vargas, que ativou o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA).

Santos (2021) considera que, por meio do SEMTA, os cearenses se tornaram os grandes responsáveis pela ocupação do território amazônico no nomeado Segundo Ciclo da Borracha e nas décadas

³ O retângulo, em vermelho, foi editado para realçar os rios Envira, Jurupari e Paraná do Ouro – sendo que, esse último, foi editado em marrom para ganhar mais destaque. Por fim, observa-se que o retângulo vermelho abrange parte do Rio Tarauacá e parte do Rio Purus, apenas por não ser possível subtraí-los deste retângulo.

⁴ Optou-se por não fazer a distinção de gênero (Soldados e Soldadas), uma vez que a expressão “Soldados da Borracha” carrega uma identidade histórica – e, por isso, vamos indicá-lo em *itálico*.

seguintes. Este cenário é determinante para a configuração da atual população acreana, descendente de cearenses que, outrora, buscaram fugir “da seca e do *front* da Guerra, foram aliciados com promessas de ganho e riquezas” (SANTOS, 2021, p. 01).

Em Feijó, foi por meio do rio Envira e seus afluentes que os/as cearenses chegaram aos seringais para a extração de borracha, ao final do século XIX (Primeiro Ciclo da Borracha) e, especialmente na segunda metade do século XX (Segundo Ciclo da Borracha). À época, várias embarcações saíram do porto de Belém e chegavam aos seringais acreanos, especialmente pelos Rios Envira e Juruá, como pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 – Rota da migração nordestina durante o Segundo Ciclo da Borracha



Fonte: (CALIXTO; SOUZA; SOUZA, 1986, p. 46)

Nos dias atuais, mais de 70% da população acreana vive no meio urbano. Entretanto, é fundamental reconhecer as especificidades daqueles/as prosseguem no meio rural, como indica Santos (2015).

A população rural do estado equivale a 27,4% e vive principalmente às

margens dos rios. É constituída, prioritariamente, por colonos em projetos de assentamento e por populações tradicionais, também conhecidas por povos da floresta, representadas pelos extrativistas e pelo componente indígena. [...] Apesar de 72,6% da população do estado viver nos núcleos urbanos, é preciso, contudo, considerar que uma grande quantidade desses núcleos no estado não se constituem, necessariamente, em cidades típicas, no sentido mais usual do termo (...) pois não têm acesso às rodovias e apenas abrigam modestas representações do Poder público local e, em escala, ainda menor, do Poder público estadual (SANTOS, 2015, p. 109-110).

Ainda sobre a população acreana, destaca-se também que 28,2% dos/as residentes no meio rural e 16,6% da área urbana é composta por indígenas, pertencentes às 16 etnias de povos acreanos, o que sugere uma grande diversidade.

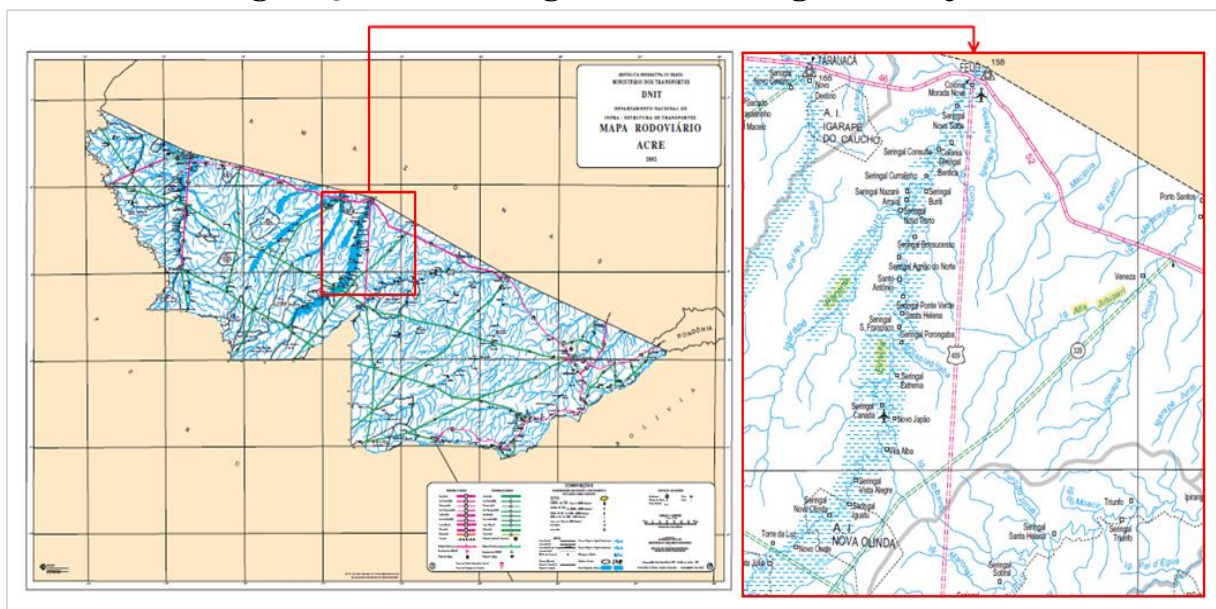
Tanto os/as indígenas como o restante da população rural em Feijó tem suas propriedades orientadas pelos rios. No caso das comunidades não-indígenas a liderança das ações de legitimidade de terra é feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), desde 1970.

Oliveira (2006), ao descrever algumas das ações do Incra, no Acre, nas últimas três décadas do século XX, fez considerações importantes sobre as ações do instituto, que promoveu práticas de colonização oficial, especialmente por meio dos Projetos de Assentamento Dirigido (PADs). Os PADs geralmente são orientados pelos nomes dos principais seringais de outrora, uma vez que mesmo sem a produção da borracha comercial, determinam a identificação desse território usado.

Para melhor compreensão de como estão apresentados os seringais em Feijó, exibe-se a Figura 3, que se apresenta em duas imagens associadas. A primeira delas, à esquerda, é o mapa do estado do Acre e a segunda imagem, à direita, é o recorte de parte do município de Feijó (demarcado pelo retângulo vermelho no mapa original), com realce para a sua hidrografia e destaque para alguns dos seringais

presentes na extensão do Rio Envira. Nessas imagens, não foram identificados os seringais às margens dos outros dois rios mais importantes de Feijó: o Rio Jurupari (que pode ser demarcado por toda a extensão do Igarapé Alta Jurupari) e o Rio Paraná do Ouro (identificado apenas como “Igarapé Paraná do Ouro”)⁵.

Figura 3 – O Acre e alguns rios e seringais de Feijó



Fonte: (DNIT, 2002)

Quanto à população em Feijó, destaca-se que este é o quinto maior município do estado em densidade demográfica (32.412 habitantes). Ainda assim, é possível registrar questões importantes quanto ao acesso ao distrito urbano de Feijó: o acesso rodoviário ao município, desde a capital Rio Branco, é feito pela Rodovia BR 364, em um percurso de 344 km. Desde 2012, este acesso é possível durante todo o ano. Antes disso, a BR 364 permanecia intrafegável em alguns pontos na época do inverno amazônico. As fortes chuvas impediam o já precário trânsito de veículos

⁵ Na Figura 3, as palavras “Paraná”, “Envira” e “Alto Jurupari” estão em realce amarelo no retângulo de destaque (à direita) para melhor localização dos rios.

na rodovia mal- pavimentada.

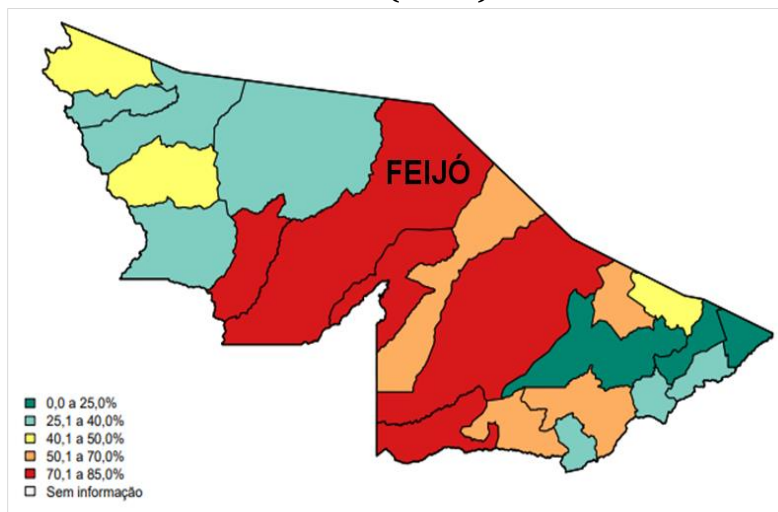
Sobre as questões territoriais, de acordo com o portal *Cidades* do IBGE, dados de 2021 indicaram que Feijó é o maior município do estado, por possuir a maior parcela da unidade territorial quando comparado aos demais municípios. Os dados do Boletim *Acre em Números* (ACRE, 2017)⁶ indicam que, do total populacional de Feijó, 48,67% (15.776 habitantes) reside no meio rural, o que justifica a grande necessidade de escolas e, conseqüentemente, de uma Educação que se preocupe com as especificidades da Amazônia Acreana feijoense.

Quanto às estatísticas relacionadas à Educação no meio rural acreano, do total de matrículas efetivadas para os anos iniciais do Ensino Fundamental (88.006 estudantes), 30.653 (34,83%) estudantes estão em áreas não urbanas, contempladas somente pela Rede Pública de Ensino (estadual e municipal), que também mantém todas as matrículas do meio rural (INEP, 2021).

Considerando-se o número total de escolas, o estado contava, em 2020, com 1.561 escolas de Educação Básica, sendo 57,7% municipais e 39,3% estaduais – enquanto os 3% restantes correspondiam a escolas privadas e a uma instituição federal. Nesta perspectiva, indica-se um panorama das escolas consideradas de pequeno porte (até 50 matrículas), conforme a Figura 5:

⁶ Uma publicação de 2017, mas que conta com dados obtidos no último Censo do IBGE, realizado em 2010.

Figura 4 – Escolas de pequeno porte (até 50 matrículas) por município no Acre (2020)



Fonte: (INEP, 2021)⁷

A Figura 4 confirma os dados fornecidos pelo *Catálogo de Escolas* (2019)⁸. De acordo com esta fonte, dentre as 142 escolas feijoenses que mantêm matrículas para o Ensino Fundamental, desconsiderando, neste caso, as escolas que oferecem apenas a Educação de Jovens e Adultos (EJA), há sete escolas urbanas (todas com mais de 201 estudantes); 34 indígenas (19 com menos de 51 estudantes); 101 rurais (87 com menos de 51 estudantes). Dentre as escolas rurais, apenas 11 são estaduais e, portanto, há 90 escolas municipais no meio rural de Feijó.

Do total de escolas que ofertam matrículas nos iniciais do Ensino Fundamental em Feijó (142 escolas), 74,65% (106 escolas) mantêm até 51 estudantes matriculados. Este dado infere que grande parte de escolas está localizada em seringais distantes há muitos quilômetros do distrito urbano de Feijó – ou, como os/as acreanos/as costumam mensurar, identificando distância em tempo, há dois dias ou mais do meio urbano

⁷ A indicação nominal do município de Feijó, no mapa apresentado, foi uma edição feita pela pesquisadora.

⁸ O *Catálogo de Escolas* foi alimentado com dados do Censo Escolar de 2019 e acessível pelo InepData. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas>. Acesso em: 05 fev. 2021.

do município. Esta configuração impõe a estudantes e docentes o percurso de longas distâncias para chegar às instituições (HAGE, 2014; MARTINS, 2015; SANTOS, 2015).

A Figura 5, apresentada a seguir, foi cedida por uma profissional da Secretaria Municipal de Educação (SEME) de Feijó, em 2022. Porém, o mapa foi afixado, em 2018, numa das paredes do prédio público que abriga a Secretaria, indicando a localização das escolas municipais que se mantinham abertas em 2018.

Figura 4 – Escolas municipais de Feijó (2018)



Fonte: (Imagem de Valéria Damasceno dos Santos, 2022)

Essa breve caracterização permite apresentar que, como em todo o estado do Acre, Feijó também foi um município que nasceu da extração da borracha – e sobreviveu às dificuldades implicadas no

enfraquecimento (atual encerramento) dessa atividade produtiva na região. Atualmente, o município é conhecido como a *Terra do Açaí*, mantendo um grande festival no mês de agosto. Entretanto, boa parte da renda local se mantém por meio do funcionalismo público e do setor de serviços, enquanto o agronegócio, especialmente a bovinocultura de corte e a extração de madeira, se consolida em Feijó e em toda a Amazônia Acreana (RIBEIRO, 2023).

Ao mesmo tempo em que o gado e as madeireiras avançam pelo estado do Acre, diversos problemas no território “como os conflitos pela posse da terra e os desmatamentos” colocam em questão a necessidade de promover iniciativas e ações “notadamente relacionadas às alternativas produtivas sustentáveis à produção familiar rural” (MACHADO *et. al.* 2017, p. 128). É neste contexto que as comunidades tradicionais ainda resistem no meio rural de vários seringais em Feijó. É também neste mesmo contexto que as escolas e principalmente os/as professores/as da Amazônia Acreana sobrevivem, mesmo carentes de apoio do poder público.

É coerente a esse contexto, imposto e influenciado pelo território usado, que as decisões das professoras da Amazônia Acreana se consolidam. Tais decisões serão tratadas na análise da próxima seção.

2. A vida das professoras da Amazônia Acreana e a influência do território usado

Antes de iniciar a análise, ora proposta, destaca-se que esta seção trará os relatos das entrevistadas, em diálogo com os pontos que serão abordados para a apresentação da influência do meio rural do município de Feijó – nomeado aqui frequentemente como “território usado” – nas decisões pessoais e profissionais das 10 *sujeitas* da pesquisa. Acredita-

se que, ao garantir a voz dessas mulheres, tais decisões ganharão ainda mais representatividade.

A primeira grande influência do território não implicou diretamente nas decisões das entrevistadas. Mas, vale ser ressaltada por ser a própria caracterização da descendência da população acreana: famílias de trabalhadores/as rurais nordestinos/as (especialmente cearenses) que se tornaram posseiros/as ainda nos anos de 1940 ou nas décadas seguintes. Neste último caso, destacam-se as ações do Incra após 1970.

O Incra promoveu, no estado do Acre, a legitimação das terras de muitas famílias acreanas por meio da implantação de programas diversos de reforma agrária. Os PADs estão estabelecidos nos grandes seringais feijoenses e, apesar de algumas famílias ainda não terem o título oficial de propriedade da terra, ações setorizadas são promovidas periodicamente para garantir o título de terra aos/às colonos/as (OLIVEIRA, 2006).

Ressalta-se novamente que os assentamentos, em Feijó, são sempre identificados pelo nome dos seringais de outrora. Essa é uma marca fundamental na identidade das professoras (como de toda a população rural das comunidades não-indígenas) da Amazônia Acreana: elas pertencem aos seringais – mesmo que a área desses seringais já não mais pertença, há muitos anos, à produção de borracha.

Tal pertencimento é corroborado desde a identificação do local de nascimento (todas as *sujeitas* da pesquisa nasceram em seringais feijoenses) até o local atual de vida e trabalho mais recente (sete *sujeitas* identificaram suas residências estabelecidas nas colônias de suas próprias famílias ou de familiares de seus companheiros). O relato de Maria Jambo esclarece bem a identidade que ela e muitas professoras

mantêm com os seringais feijoenses.

Minha avó, mãe do meu pai, era sim [cearense]. Veio pra Feijó novinha ainda. (...) Eles [avô e avó] devem ter sido também Soldado [da Borracha], porque quase todo mundo era. (...) Eu? Eu nasci e cresci no seringal, nesses dois que eu falei pra senhora. Eu tive que vir pra Feijó [meio urbano] por necessidade de estudo mesmo, porque a mãe queria que a gente estudasse. (...) Desde que eu voltei pra colônia [propriedade familiar de seu marido], nem penso mais em voltar pra Feijó! Quero é ficar na colônia mesmo. [...] No futuro, futuro que o [filho] estudar, for fazer faculdade, aí eu vou até pra Rio Branco se precisar. Mas, eu não deixo a colônia fácil não! [risos] (...) Minha vida é na colônia, eu sou do seringal mesmo. (Maria Jambo)

Apesar de todas elas terem nascido em seringais feijoenses, muitas não residiram, durante toda a vida, nas comunidades rurais, tendo histórias semelhantes às de Maria Jambo: viveram temporariamente no meio urbano de Feijó para se escolarizarem. Ressalta-se ainda que, entre essas mulheres (seis entrevistadas) exerceram, enquanto estudavam, o trabalho doméstico – algumas ainda na infância, em condições análogas à escravidão.

Reconhece-se que essa é uma condição ainda frequente na Amazônia Acreana: a carência – quando não a ausência – de escolas e docentes nas comunidades rurais, inclusive para os anos iniciais do ensino fundamental, obriga as famílias a encaminharem seus filhos e suas filhas para o meio urbano, em busca de escolarização. No caso das filhas, o trabalho doméstico é a principal alternativa em uma “casa de família” do meio urbano.

Essas decisões familiares são coerentes com o cenário da reforma agrária no Acre. Como a busca pela (e a consequente conquista da) terra é a prioridade, as demais questões que mantêm a vida no Campo (sejam elas relativas à escolarização ou demais demandas básicas de saúde e assistência social) se tornam secundárias. Outro exemplo disso são as histórias de Maria Ingá e Maria Cupuaçu que conseguiram frequentar a

escola, legitimamente, apenas na idade adulta, já que optaram por viver em suas próprias colônias, na companhia de seus maridos, em seringais que não possuíam escolas. Na comunidade onde Maria Ingá mantém sua colônia, por exemplo, não existia qualquer escola até 2004.

Eu trabalhava na casa de uma senhora, lá do seringal mesmo. Trabalhei lá muitos anos e quando abriu a escola, ela me deu força, falou pra eu não sentir vergonha não, que mesmo com 20 anos [de idade], eu ia aprender sim. (...) Porque eu fui pra multissérie, mas era uma turminha de aluno pequeno, tudo menino muito mais novo de que eu. Mas, a professora era boa, me deu muita força! (...) E eu consegui aprender e não quis mais parar de estudar! (Maria Ingá)

Esse cenário, de carência de escolarização nos seringais, impulsionou algumas das entrevistadas a assumirem papéis que deveriam caber ao poder público. Exemplo disso é a busca ativa de matrículas para estudantes do ensino fundamental, feita pelas próprias professoras. Maria Graviola relatou duas passagens interessantes: sua mãe e ela própria se mobilizaram na busca por estudantes e, então, na garantia da escolarização não ofertada pelo poder público municipal.

Destaca-se antecipadamente que, no relato a seguir, as escolas mencionadas por Maria Graviola contavam apenas com um/a professor/a, condição mais comum nas escolas do meio rural feijoense e também muito frequente nas escolas que exercem a Educação do Campo. Nestes estabelecimentos, um/a mesmo/a profissional, que leciona sempre na multissérie, precisa “se responsabilizar também pela zeladoria, merenda, limpeza e todas as outras tarefas intrínsecas à manutenção de uma casa” (RIBEIRO, 2023, p. 276), sem qualquer apoio – pedagógico ou não.

A escola lá [no seringal em que nasceu e cresceu], ela é uma escola que, no início, ela atendia apenas do 1º ao 5º [ano]; aí eu estudei. Aí depois, eu passei um ano parada, devido à quantidade de alunos não ser a suficiente né, o tanto... a quantidade necessária pra abrir uma turma do Asas [da

Florestania – 6º ao 9º ano] (...). No outro ano, já foi possível. (...) Aí a minha mãe veio na cidade, falou com a coordenadora [profissional da SEME de Feijó] e trouxe o nosso registro lá, de todo mundo, aí abriu o Asas. A partir daí, a gente começou e a gente findou lá, em 2014, com a turma todinha lá. (...) Eu formei e já fui trabalhar nessa outra escola, do seringal do outro lado. [...] Eu consegui trabalhar lá do mesmo jeito que eu falei pra senhora: eu fui lá, peguei o registro dos 12 alunos, fui no prefeito com meu pai e falei “dá pra abrir essa turma pra mim dar aula, por favor?” e aí ele falou que ia ver e pouco depois mandou a carta, falando que dava para abrir [na verdade, reabrir a escola anteriormente fechada] pra mim e eu já comecei lá (...) Se a senhora for pensar, não demorou não porque estava no inverno [amazônico – período chuvoso], aí é só dois dias pra ir e dois pra voltar, de barco pequeno mesmo. **(Maria Graviola)**

Ao corroborar a ausência do poder público, no território usado em questão, o relato de Maria Graviola suscita outro aspecto: o transporte e o deslocamento nas comunidades que ficam geograficamente mais afastadas do meio urbano e dependem exclusivamente do transporte fluvial.

Entre as professoras que vivem e lecionam nas comunidades mais afastadas – ou seja, dependem de dois dias ou mais para realizar o deslocamento de suas residências até o meio urbano de Feijó – a maioria passa muitos meses sem sair dos seringais onde vivem. Essa é uma condição muito comum, imposta especialmente pelo clima acreano: se o deslocamento é mais fácil no inverno amazônico (período chuvoso que mantém os rios e igarapés cheios e trafegáveis), as famílias se abastecem nessa época para se manterem durante todo o ano. O mesmo acontece com as escolas: merenda, utensílios e materiais didáticos são entregues às comunidades no inverno; mas, devem ser administrados para durarem por vários meses.

Essas condições de vida e trabalho permitem compreender o porquê de muitas dessas mulheres decidirem pela docência como profissão. Além da influência de suas famílias – especialmente de seus companheiros –, muitas optaram pelo magistério por ser esta uma alternativa diferente do trabalho doméstico, reconhecidamente

desvalorizado. Além disso, em muitos seringais, a docência é ainda a única alternativa de trabalho periodicamente remunerado. Essa é uma condição comum em toda a Amazônia brasileira, como apresenta Araújo (2014, p. 306), ao apresentar a conjuntura familiar da qual se originam as professoras das ilhas de Belém/PA: “a rigor, tais mulheres professoras fazem parte de um grupo de mulheres exploradas da região, oriundas de famílias submetidas à condição de extrema pobreza”.

O relato de Maria Abiu explicita essa realidade.

Principalmente aqui, em Feijó, que você não tem opção de emprego, essas coisas, ou é professor, ou fica aí... vai ficar na pracinha mesmo, sem fazer nada. (...) Porque não tem opção de emprego aqui, é muito difícil. Então, às vezes a gente tem que encarar essas coisas. (...) Eu, antes de eu ir trabalhar, lá no [nome do seringal], eu trabalhei muito em casa de família, até terminar meus estudos aqui em Feijó! Não queria mais essa vida pra mim, né? (...) Eu sempre gostei de morar na colônia. Então, eu tinha que dar aula mesmo porque era o que tinha, é o que tem! (Maria Abiu)

Mesmo afirmando que “é o que tem”, Maria Abiu e as demais entrevistadas expressam um grande comprometimento profissional, bem como um apreço à vida nos seringais. Mesmo com os inúmeros condicionantes que o meio rural de Feijó às impõe, a conjunção entre chão e identidade, prevista por Milton Santos (1999), é incontestavelmente perceptível nos relatos que as professoras da Amazônia Acreana fazem sobre o território usado ao qual pertencem.

CONCLUSÃO

Acredita-se que o objetivo central desse estudo foi atingido. Foi possível identificar algumas das importantes influências do meio rural de Feijó/AC, nas decisões pessoais e profissionais de professoras da Amazônia Acreana, que vivem neste território usado embricado de condicionantes.

Reconhece-se que, descendendo de famílias pobres de trabalhadores/as rurais nordestinos/as, os relatos das entrevistadas inferem que elas “se acostumaram” as adversidades impostas pelo território. A obtenção da terra, legitimada pelas ações de reforma agrária lideradas pelo Incra, se mantém como a grande prioridade das famílias – e, portanto, todo o resto (inclusive a escolarização) está autorizada a vir depois. O importante é que elas estão em seu próprio território: o seringal.

Reforça-se que no Acre, a designação “seringal” já não diz mais sobre seu objetivo precípua (produção comercial de borracha), mas diz muito o local ao qual comunidades tradicionais acreanas pertencem. Mesmo com os deslocamentos tão difíceis por via fluvial, mesmo com as situações de desabastecimento, mesmo com o abandono do poder público: o seringal é a comunidade e, então, é nele que reside a identidade da população do meio rural acreano.

Esse panorama apenas sustenta a compreensão das decisões profissionais das *sujeitas* da pesquisa. Apesar das escolas serem extremamente carentes (de recurso, estrutura e abastecimento), são elas a representação do lócus de trabalho que as permite cultivar o *status* de serem professoras, mantendo renda e distância do árduo trabalho doméstico que a maioria delas já desempenhou. O magistério as permite reconhecimento social e elas permitem, às comunidades em que trabalham, reconhecimento de existência: uma comunidade rural ganha em identidade por manter uma escola em seu espaço.

O olhar urbanocentrista busca convencer àqueles/as que vivem distantes do meio rural que esse é um cenário de miséria. A rotina neste território usado busca convencer àqueles/as que lá vivem que essa é a realidade que deve ser satisfatoriamente aceita. Cabe ao poder público,

especialmente pela aplicação de políticas públicas (no e para o Campo), trabalhar mais ativamente para que esse abismo de compreensão seja minimizado: um meio rural que passe a oferecer condições mais sólidas de trabalho, educação e renda, capazes de manter sua população desejosa por lá crescer e permanecer.

É nesse sentido que se expõe a necessidade de mais trabalhos que podem (e merecem) ser desenvolvidos sobre o território amazônico e sobre o trabalho docente na região. Reconhece-se que muito já foi estudado sobre a Educação do Campo; mas, ainda há um campo vasto de reconhecimento e estudo para uma enorme parcela de profissionais que exerce a Educação do Campo: os/as professores/as da Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em Números: 2017**. Rio Branco, 2017. Disponível em: <<http://acre.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/acre-em-numeros-2017.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

ARAUJO, S. M. S.. História das mulheres, História de vida de professoras: Elementos para pensar a docência. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 53, p. 295-310, jul./set. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/37341/23140>. Acesso em: 15 out. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2006.

CALIXTO, V.O.; SOUZA, J.F.; SOUZA, J.D. **Acre: uma história em construção**. Rio Branco/AC: Fundação Cultural do Acre, 1985.

FRANÇA, C.S.; PRADO, G.V.T. Formação de Professores: possibilidades que se configuram no trabalho com Memórias e Narrativas. **Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 17, p. 310-316, 2016. Disponível em: <https://revistaensinoeeduacao.pgsskroton.com.br/article/view/3844>. Acesso em: 15 out. 2022.

HAGE, S.A.M. Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1165-1182, out.-dez., 2014. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/es/a/wRdr8Zb3jCBdnLYD3sFrWCn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Ministério da Educação. Brasil. **Resumo Técnico do estado do Acre – Censo da Educação Básica 2020**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-estado-do-acre-2013-censo-da-educacao-basica-2020>>. Acesso em 21 fev. 2022.

JANATA, N.E.; ANHAIA, E.M. Escolas/Classes Multisseriadas do Campo: reflexões para a formação docente. **Educação e Realidade**, Porto Alegre/RS, v. 40, n. 3, 2015, p. 685-704. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/45783>. Acesso em: 04 dez. 2021.

MACHADO, E.L.C.M.; MACIEL, R.C.G.; LIMA JUNIOR, F.B.; CAVALCANTE FILHO, P.G. Avicultura *versus* gado bovino no Acre: agricultura familiar e desenvolvimento rural em questão. **Revista Reflexões Econômicas**. Ilhéus/BA, v. 3, n. 1, p. 128-143, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uesc.br/index.php/reflexoeseconomicas/article/view/1336>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

MARTINS, F.A.O. **A construção da identidade formativa e profissional do professor na escola rural ribeirinha do Vale do Juruá: a pedagogia das águas**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. 288fl. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/46272/R%20-%20T%20-%20FRANCISCA%20ADMA%20DE%20OLIVEIRA%20MARTINS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

OLIVEIRA, P.C.M. O Incra na região do Alto-Purus, Sena Madureira. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória Incra 35 anos**. Brasília: MDA, Incra, 2006, p. 91-113. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br>. Acesso em 27 jul. 2022.

QUEIROZ, T.A.N. Espaço Geográfico, Território Usado e Lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Para Onde!?** Porto Alegre: UFRGS, v. 8, n. 2, p. 154-161, ago./dez 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/61589/36420>. Acesso em: 01 jun. 2023.

RIBEIRO, L.M.L. **Professoras da Amazônia Acreana: trabalho docente e condições de vida de mulheres que lecionam no meio rural de Feijó, AC**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2023. 305fl. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_LeticiaMendoncaLopesRibeiro_30253_Textocompleto.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

SANTOS, A.R. **O perfil dos professores do Campo no estado do Acre: uma análise das políticas de formação docente (2007-2013) e das desigualdades nas condições de trabalho**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015. 261 fl. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2015/d2015_Adriana%20Ramos%20dos%20Santos.pdf. Acesso em: 04 dez. 2021.

SANTOS, C. A. P. “Serás Estropiado, Maltratado e Triturado na Amazônia”: trabalhadores cearenses na Campanha Nacional da Borracha, zona noroeste do Ceará (1942-1945). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 13, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/75447>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, Niterói, ano 1, v. 1, p. 7-13, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13360/8560/52708>. Acesso em: 02 jul. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ACRE. **Relatório de análise de mercados de terras (RAMT)**. Rio Branco, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/relatorio-de-analise-de-mercados-de-terras/ramt_sr14_2016.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.

SOBRE OS AUTORES

Letícia Mendonça Lopes Ribeiro - Professora dos cursos de licenciatura vinculados ao Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre - Campus Rio Branco E-mail: leticiamendonca@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7908-2413>

Adriana Ramos dos Santos - Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora Adjunta do Centro de Educação Letras e Artes da Universidade Federal do Acre (Cela/Ufac). E-mail: adrianaramos.ufac@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7402-2670>

Tramitação:

Recebido em: 09/06/2023

Aprovado em: 04/07/2023